

A CONSTRUÇÃO DE LIMITES JUNTO À CRIANÇA DE 0 A 5 ANOS

Rafaella Cândida de Paula¹

Maria Clemência Pinheiro de Lima Ferreira²

Resumo

Esta pesquisa propõe refletir sobre a construção de limites junto à criança de 0 a 5 anos. Teve como objetivo geral analisar como se deve tratar a questão dos limites com as crianças de 0 a 5 anos; como objetivos específicos, buscamos conceituar limites e a necessidade da sua elaboração junto à criança pequena; identificar as consequências da falta de limites junto à criança pequena e descrever formas de se construir limites junto à criança de 0 a 5 anos. Foi utilizada como metodologia, a pesquisa bibliográfica, desenvolvida com base no estudo da literatura sobre o assunto. As fontes de pesquisas foram buscadas em livros relacionados ao tema e também nas bibliotecas virtuais a partir de sites da web. Percebemos que os limites na faixa etária em questão são necessários para que a criança possa perceber que as coisas não são simplesmente centradas nela mesma, afinal vivemos em sociedade e desde ainda pequena ela precisa aprender que deverá mediar suas ações de acordo com a coletividade.

Palavras-chave: Construção; Crianças; Educação Infantil; Limites.

INTRODUÇÃO

A contemporaneidade tem causado mudanças na vida dos indivíduos, nos campos econômico, social, político, psicológico e cultural. Dentre as transformações sociais, pode-se citar o crescente processo de industrialização, novas concepções sobre a infância, a conquista dos direitos da mulher e sua participação crescente no mercado de trabalho. Todas estas mudanças refletem diretamente no funcionamento familiar e causam modificações nos papéis de cada um dos membros da família e em suas formas de interação. Como consequência surge instituições de Educação Infantil (creches e pré-escolas), com o intuito de acolher as crianças, cujas mães encontram-se inseridas no mercado de trabalho.

É desde a primeira fase da educação básica (Educação Infantil) que são consideradas as especificidades afetivas, sociais, emocionais e cognitivas, com a

¹ Acadêmico graduando do curso de Pedagogia da UniEVANGÉLICA;

² Mestre em Educação. Professora do ISE/UniEVANGÉLICA, Orientadora da Pesquisa

finalidade de desenvolver na criança, até os cinco anos de idade, uma contribuição à sua personalidade bem como ao exercício da cidadania, no que diz respeito à noção de limites (AZEVEDO, 2005).

A educação é um processo complexo que demanda grande vínculo entre família e escola sendo que a falta de limites reflete no desenvolvimento da criança. Nos dias atuais, pais e professores encontram dificuldade em relação ao educar. O colapso da autoridade de determinados pais em casa e dos professores em sala de aula contribui para essa triste confirmação. Vários alunos não respeitam seus pais e professores e essa indisciplina deprecia o ensino e a aprendizagem (SILVA, 2009).

Os pais devem estabelecer aos filhos padrões de comportamento que devem ser reforçados a todo instante. As crianças que têm pais competentes nesse sentido tendem a serem mais responsáveis, independentes e amistosos. A imposição de limites é um processo que dura a vida toda e nele, os erros são permitidos, pois cada indivíduo pode buscar e ganhar experiências (ROGGE, 2006).

Assim, o assunto dos limites junto à criança de 0 a 5 anos é um tema relevante, uma vez que a construção destes requer amor, diálogo, informação, paciência, estudo e compreensão. São itens necessários no ambiente familiar e escolar.

A presente pesquisa teve como objetivo geral analisar como se deve tratar a questão dos limites com as crianças de 0 a 5 anos; como objetivos específicos, buscamos conceituar limites e a necessidade da sua elaboração junto à criança pequena; identificar as consequências da falta de limites junto à criança pequena e descrever formas de se construir limites junto à criança de 0 a 5 anos. Para o desenvolvimento da pesquisa foi utilizada a metodologia da pesquisa bibliográfica, desenvolvida com base no estudo da literatura sobre o assunto. As fontes de pesquisa foram buscadas em livros relacionados ao tema e também nas bibliotecas virtuais a partir de sites da web.

Pretendemos com este trabalho contribuir com pais e professores, para que possam entender de forma mais clara, como tratar limites com as crianças de 0 a 5 anos para que isso venha contribuir para o desenvolvimento da autonomia, independência, autoestima e integração social destas crianças.

1. Limites na educação de crianças pequenas

Segundo Vergés e Sana (2012) é na primeira fase da educação básica (Educação Infantil) que são consideradas as especificidades afetivas, sociais, emocionais e cognitivas, com a finalidade de desenvolver na criança, até os cinco anos de idade, a sua personalidade e a noção de limites. Inicialmente, as creches surgiram com o objetivo de atender, principalmente às crianças de baixa renda, significando uma atuação compensatória para sanar as previstas faltas e carências das crianças e de suas famílias, inclusive com relação ao cuidar enquanto saúde e higiene.

Para Vergés e Sana (2012):

Modificar essa concepção de educação assistencialista significa atentar para várias questões que vão muito além dos aspectos legais. Envolve assumir as especificidades da Educação Infantil e rever concepções sobre a infância, as relações entre classes sociais, as responsabilidades da sociedade e o papel do Estado diante das crianças pequenas. (VERGÉS; SANA, 2012, p. 12)

Azevedo (2005) diz que através do levantamento das necessidades dos pequenos, pais e professores devem trabalhar o conceito de limite com todas as crianças (filhos e/ ou alunos), afinal limites são necessários para uma melhor convivência em grupo, o respeito entre todos e consigo mesmo. Os limites ajudam a compreender que algumas atitudes prejudicam outras pessoas, e isso ensina as crianças a conviverem na coletividade.

Boeck (2007) completa expondo que o professor ou os pais não devem usar os limites ao extremo, tolhendo as crianças em todas as suas ações, pois, assim, não estaria contribuindo com a superação da heteronomia própria dessa unilateralidade. Faz-se necessário, promover situações nas quais a criança possa construir relações de cooperação, pois somente a cooperação promove a autonomia.

Na visão de Rogge (2006), os limites são pontos de orientação que compõem espaços e tempos, e oferecem segurança e confiança. Os limites documentam proximidade e distância, confiança em relação às conquistas e ao novo, em separar-se do conhecido e ir em direção a dimensões desconhecidas, a exigências e a

experiências novas. Por algum tempo, dão segurança e objetivo, os quais, uma vez alcançados, desafiam as pessoas a procurarem novas trilhas e perspectivas.

Rogge (2006) explica que limite tem a ideia de ultrapassagem, afirma que existe uma atração natural que impulsiona para a criança ir além dos limites e testar até onde é possível ir. Tem um significado muito subjetivo que as crianças atribuem aos heróis e heroínas da mídia, seja nos contos de fadas, nos livros ou nos filmes. Isto é, as crianças veneram tal herói ou heroína que se superam na transposição de um limite. Enfrentar os limites pode motivar as crianças a arriscarem-se a coisas novas e experimentá-las. Dessa maneira, do ponto de vista das crianças, a percepção da necessidade de limites da a entender como o desejo de variá-los, ampliá-los e ultrapassá-los.

Nas palavras de La Taille (1999, apud AZEVEDO, 2005), limite está ligado à integridade, obediência, respeito e cidadania. Considera-se que a imposição de limites faz toda a diferença na vida de uma criança. É sinônimo de cuidado, amor e uma maneira dos pais demonstrarem que se importa com seus filhos.

Rogge (2006) complementa afirmando que os limites não têm nada a ver com castigos, ameaças, desrespeito ou inibição de vontades, mas, as crianças precisam mais do que nunca de autoridades pelas quais possam se orientar, confrontar e debater.

Ao colocar limites para as crianças, os adultos contribuem para uma percepção que existe entre a fantasia e a surpresa, e ajudam as crianças a terem coragem de usar soluções muito rotineiras ou até desenvolver outras chaves-mestras para a resolução de problemas cotidianos (ROGGE, 2006).

As crianças de 0 a 5 anos apresentam diversos comportamentos, estes podem ser adequados ou inadequados e sempre estão relacionados com cada fase de desenvolvimento. De acordo com Piaget e sua teoria do desenvolvimento infantil, existe a fase pré-operatória que vai dos 2 aos 7 anos e é caracterizada pelo surgimento da capacidade de dominar a linguagem e a representação do mundo por meio de símbolos. Nesta fase, presenciamos na maioria das crianças o egocentrismo, que na perspectiva de Piaget, é umas das fundamentais características da criança pequena, cuja manifestação se dá tanto no âmbito cognitivo quanto social (MORAIS; SASSO, 2013).

Ele concebe o egocentrismo do pensamento infantil como o elo de todas as características específicas da lógica das crianças. Esse fenômeno é então, um conjunto de atitudes ou comportamentos indicando que um indivíduo se refere essencialmente a si mesmo, havendo, então, uma confusão entre as contribuições do exterior e as contribuições do interior. Entretanto, Piaget (1923/1999 apud SASSO; MORAIS, 2013), espera que este fenômeno seja superado; o teórico supõe que as formas intelectuais e sociais do egocentrismo diminuem à medida que as ações se ordenam entre si. No entanto, para que a criança possa perceber que as coisas não são simplesmente como elas acham que deve ser, necessitam de educação regulada desde cedo (MORAIS; SASSO, 2013).

Segundo Silva (2009) a instrução junto à criança surge no momento de seu nascimento e segue as suas interações, inicialmente na família com os pais e depois com o outro. Tais interações devem ser permeadas de amor, troca de experiências e aprendizagem. É função dos pais darem início ao processo de educação dos seus filhos ao que se refere a: apreciações morais, éticas, respeito mútuo e dignidade para que cresçam e se tornem pessoas íntegras, respeitadas e autônomas.

Rogge (2006) afirma que as crianças precisam de limites. Atualmente essa afirmação é ainda mais correta do que na época em que os limites físicos, emocionais e psíquicos das crianças eram desfavorecidos e violados pelas guerras, fome, humilhação e maus-tratos. Valorizar e respeitar os limites das crianças significa garantir-lhes uma educação digna.

Conforme Lobo (apud VERGÉS; SANA, 2012):

Os limites são de importância fundamental na educação, porque eles influem diretamente no desenvolvimento da personalidade, estabelecendo o comportamento das crianças e facilitando sua socialização. (LOBO apud VERGÉS; SANA, 2012, p. 52)

A relação e o vínculo modificam-se continuamente entre as crianças e os adultos. A cada fase de desenvolvimento surgem novas necessidades e é necessário avaliar se as regras colocadas à criança são convenientes ao conforto próprio, ou se as consequências às proibições e limites são pertinentes, abertas ou ocultas. Afinal, é

necessário clareza nos limites e consequências para que seja dada orientação à criança favorecendo o desenvolvimento infantil, proporcionando segurança, estabilidade e confiança, encorajando-a e desafiando-a (ROGGE, 2006).

Para Azevedo (2005) todos precisamos aprender a ouvir os amigos e a respeitar o modo de pensar, porque cada um tem uma maneira de raciocinar e interpretar as coisas, isso é conviver com as diferenças, uma forma de desenvolver limites.

No estudo de Boeck (2007), Piaget é citado referindo que a nossa sociedade requer indivíduos autônomos, capazes de pensar. Não só de obedecer a regras pré-estabelecidas, imutáveis. Com o avanço da sociedade, se faz indispensável que as regras, as censuras e os limites sejam mais resultantes de processos construtivos e não meras imposições. As imposições têm retorno restrito servem apenas para controlar o comportamento e não para a construção de regras mais sofisticadas e elaboradas como as que se fazem indispensáveis para a sobrevivência de uma sociedade.

Rogge (2006) confirma:

Sem limites, porém, não se pode vivenciar independência, autoestima e integração social. Os limites fazem parte das fundações sobre as quais se constroem as relações entre pais e filhos. (ROGGE, 2006, p. 42)

Portanto, torna-se necessário que a educação na infância seja um ato consciente por parte dos envolvidos com esse compromisso, com a finalidade de agregar valores e preparar a criança para as próximas fases, preparando-a para ser um adulto saudável e que respeite limites (SILVA, 2009).

Diante das considerações dos autores acima, torna-se claro que a criança, mesmo pequena, seja consciente e responsável pelos resultados que seus atos provocam, para que na vida adulta possam mediar suas ações e optar pelo o que é certo e respeitoso.

2. As consequências da falta de limites junto à criança pequena

A concepção de infância nos dias atuais não se compara há séculos atrás. A visão que se tem da criança é algo historicamente construído, por isso percebemos os grandes contrastes em relação ao sentimento de infância no decorrer da história. Por

muito tempo a humanidade tratou a criança como um adulto em miniatura, um ser sem importância, quase imperceptível. Devido às más condições sanitárias, a sociedade até o século XVII não dava muita atenção às crianças, pois os índices de mortalidade infantil eram altíssimos, fazendo com que ninguém se apegasse a elas, já que a perda da criança era vista como algo natural (OLIVEIRA; RIBEIRO, 2012).

Oliveira e Ribeiro (2012) ressaltam que o termo “infância” também foi empregado para se referir a jovens com dezoito anos ou mais de idade. Dessa forma, a infância tinha uma longa duração, e a criança acabava assumindo papéis de responsabilidade afetando as etapas do seu desenvolvimento.

Muitas transformações sociais cooperaram para a posição da criança atualmente. Seguem algumas delas: o sentimento da família que surge nos séculos XVI e XVII na qual a sociedade enxerga a criança como um ser imperfeito e incompleto, que necessita da “moralização” e da educação feita pelo adulto, assim a família vai assumindo o papel que antes era destinado à comunidade; a influência da Igreja Católica na Sociedade no século XIX e XX, preocupando em manter o caráter cristão das crianças e ajudando-as a adquirir o princípio da razão e a fazer delas adultos cristãos e racionais; movimento das Escolas Novas que veio com a primeira Guerra Mundial, crescendo a ideia de respeito à criança e a Revolução Industrial, que possibilitou que as mulheres passassem a desempenhar novos papéis na sociedade, tendo o trabalho assalariado e ausentando-se dos seus lares (ÁRIES, 1978; KRAMER, 1987; HAMZE, 2012 apud OLIVEIRA; RIBEIRO, 2012).

Correspondendo a isto, muitas transformações, teorias, conceitos e leis foram alterados, influenciando na disciplina e educação das crianças. Atualmente, deparamos com famílias que dão muita liberdade para os filhos, o que nos leva a pensar que esta é uma das formas de abandono. Não demonstram preocupação, nem tentam corrigi-los nos erros ou ajudá-los em seus problemas, isso conseqüentemente reflete na escola, prejudicando a convivência em grupo e o ensino e a aprendizagem (BOECK, 2007).

Antes, quando a criança dava trabalho na escola, era taxada como “maleducada”; hoje é possível compreender por trás dessa criança, existem fatores que contribuem para que ela tenha tal comportamento (VERGÉS; SANA, 2012).

São vários os fatores que influenciam para a ausência de limites nas crianças pequenas. Um deles é a falta de rotina em casa: em algumas famílias a criança não tem hora para nada; quando chega à escola, precisa aprender que existe uma rotina e hora para cada atividade. Isso pode gerar conflitos porque a criança não entende os limites (AZEVEDO, 2005).

Concordando com Boeck (2007) a perda de relações rituais na vida familiar também colaborou para as quebras de hábitos e rotinas familiares que antigamente eram comuns e hoje não são mais. Por exemplo: nos momentos de refeições, as pessoas se reuniam e além de comer, compartilhavam suas experiências; hoje isso raramente ocorre.

Pensando nisto, a psicóloga curitibana Weber (2005 apud BOECK, 2007), apresenta quatro tipos de relações familiares: as negligentes, as autoritárias, as indulgentes e as participativas:

As famílias negligentes são aquelas que não dão afeto nem impõem limites aos seus filhos. As autoritárias são aquelas que estabelecem muitas regras, mas não oferecem afeto. As famílias indulgentes caracterizam-se por serem carinhosas, mas que não sabem impor limites. Já as famílias participativas são as que conseguem um equilíbrio entre afetos e limites. São afetuosos e determinam limites claros. Essas crianças e jovens tendem a apresentar segurança, bom desempenho escolar e afetividade. (BOECK, 2007, p.17e 18)

Silva (2009) complementa dizendo que no ambiente familiar encontra-se a birra que acontece porque a criança não quer ser contrariada ou porque solicita algo que os pais recusam-se a dar. Se toda vez que a criança fizer birra for atendida, ela assimilará que através dessa postura pode alongar seus limites confiando que controla o mundo em que vive. Mas essas são atitudes opostas ao que o meio social deve propiciar em longo prazo, podendo gerar descontrole, violência e agressão.

Recomenda-se que os pais em nenhuma fase da aprendizagem ajam de forma punitiva, como agredir fisicamente para impor limites. Porque quem bate, não instrui limites, já que esta é uma atitude oposta ao que o meio social deve propiciar, além de que pode demonstrar agressividade e abuso de poder, o que significa descontrole e covardia. Existem formas muito mais humanas para manter a disciplina, sem ser

necessário usar da agressão física. Tal atitude confirma que não se aprende realmente limites e valores por meio da violência, pois a criança deixa de fazer certas coisas e tem a tendência de obedecer, somente por medo de apanhar e acaba não entendendo o limite como algo importante e consciente (SILVA, 2009)

Segundo Rogge (2006) problemas no contexto da educação e do limite, em geral são causados por insegurança de valores que determinam a forma como a pessoa ou organização se comportam e interagem com outros indivíduos e com o meio ambiente, pois estas necessitam de normas a respeito de questões cotidianas, as quais muitas vezes entram em desacordo com as práticas individuais e os modos de educação possíveis no dia a dia.

Para Vergés e Sana (2012) indisciplina não é algo estático, tampouco uniforme; em uma sala de aula, por exemplo, ela pode ser ocasionada pela falta de interesse do aluno e de domínio de conteúdo pelo professor, mas pode ser até mesmo, advinda do convívio familiar ou pelo meio social em que o aluno está inserido. A “criança difícil”, ou seja, indisciplinada, acaba sendo rejeitada ou isolada pelo grupo em que está inserida.

Crianças carecem de pessoas que se expressem claramente e que sejam firmes. Quando as crianças sentem segurança e não sofrem com desequilíbrios de seus pais e cuidadores, conseqüentemente estão sendo orientadas. A segurança coloca limites. A firmeza nas palavras não tem nada a ver com gritos e berros, com violência física ou psíquica, com autoritarismo e sim com clareza, determinação, postura e tom de voz, com calma, tranquilidade e respeito mútuo (ROGGE, 2006).

3. Construindo limites junto à criança de 0 a 5 anos.

De acordo com as análises do tópico anterior, podemos e devemos destacar que a tarefa dos pais é dar afeto, respeito, apresentar o mundo aos filhos, protegê-los e guiá-los para terem um bom comportamento durante a vida. É impossível desenvolver esse papel sem controlar e reprimir (ZENI, 2012).

Rogge (2006) completa dizendo que os pais devem encarar a colocação de limites, como uma experiência significativa, que tem o intuito de sanar erros e alcançar novas competências. Já que é um desafio constante e vitalício, com tentativa e erro.

Em favor disto, os pais devem ser claros e até exigentes nas regras e nas condutas a serem seguidas, estando sempre seguros da validade do limite, intensidade, necessidade e o seu cumprimento, pois a criança educada desde o nascimento terá menos pré-disposição à indisciplina na escola e serão adultos equilibrados e seguros (VERGÉS; SANA, 2012).

Outro ponto importante no que diz respeito aos limites se relaciona com as alterações sociais na constituição familiar. O índice de divórcios, a mulher no mercado de trabalho, a globalização são alguns dos fatores que influenciaram no novo formato familiar. Com pais ausentes na maioria das vezes, as crianças ficam sem referências de adultos saudáveis, surge a cobrança do papel do professor no sentido de colocar limites até mesmo em questões cotidianas. Este acaba por ter que mediar entre a realidade social da criança e a missão de educar, que seria na verdade, do núcleo familiar. (TEIXEIRA, 2001).

É importante que haja uma comunicação real e contínua entre as partes interessadas no desenvolvimento da criança. O elo entre pais e escola é o que vai garantir o avanço pleno da criança, a identificação de dificuldades e a busca por soluções conjuntas (TEIXEIRA, 2001).

Com crianças de 0 a 5 anos, o processo de construção do limite deve ser trabalhado todos os dias. Existem ferramentas que funcionam com os pequenos e são de grande valia auxiliando na assimilação do que é correto ou errado. Regras e combinados podem dar certo, mais devem ser expostos de forma visível; em casa ou na escola podem ser utilizados cartazes ilustrativos do que se pode ou não fazer para permitir assimilação de modo significativo (SILVA, 2009).

Vale ressaltar que os limites que vão ser construídos na sala ou em casa terão que ser cumpridos por todos envolvidos, porque os limites não são individuais, mas são para o grupo todo e terão de ser seguidos por todos (AZEVEDO, 2005).

Uma maneira adequada e tranquila de começar a construção de limites em é o estabelecimento de pequenas regras de boa convivência, deixando a criança expor suas ideias, ouvindo-a com atenção e em silêncio. Depois que a criança terminar de falar, o adulto deve dizer com clareza o que pensa a respeito do que foi dito. Desta forma, ajudará a criança de forma cognitiva e emocionalmente (VERGÉS; SANA, 2012).

O adulto pode usar a sua autoridade dentro dos limites da democracia para orientar seus alunos, dizendo “sim” quando possível, e “não” quando necessário, passando confiança e garantindo diálogo (VERGÉS; SANA, 2012). Afinal, há situações que são negociáveis e outras que não o são, no entanto, a firmeza presente nos “sins” e “nãos” melhora a relação e a convivência.

Rogge (2006) diz ser necessário que haja negociação e que os adultos possam compartilhar responsabilidades com as crianças, no sentido de educá-los e orientá-los nesse mundo cheio de possibilidades. Muitos pais na ânsia de atenderem seus filhos caem na armadilha de oferecer prêmios, prometer castigos, fazer chantagens e com isso descaracterizam a mensagem principal, do que é certo e pronto.

Há também as situações de trocas (“se você fizer isto, ganha aquilo”, mas, por mais que pareçam inocentes e justas, tais situações criam um círculo vicioso, onde a criança só obedece e faz o que é certo, se receber algo em troca ou, ainda, quando ameaças entram em jogo, ela pode optar por não ganhar nada ou perder algo, para não cumprir com suas obrigações. Desta forma, a firmeza nos “sins” e “nãos” fará diferença neste sentido para evitar “barganhas”. Nas situações que podem ser negociadas a criança também precisa estar ciente das consequências das suas decisões (ROGGE, 2006).

Azevedo (2005) concorda com os autores acima, registrando que quando os adultos abrem espaço para as crianças pensarem quais regras devemos construir para que o convívio no ambiente seja melhor, a criança dará mais valor a elas, porque participou de todo processo de sua criação. Os limites serão muito mais significados, pois resultam de uma reflexão coletiva.

Outra forma de instigar o uso dos limites são os jogos e brincadeiras, uma vez que estes ajudam na interiorização de regras; as crianças se divertem e aprendem noções básicas de como seguir para alcançar determinado objetivo. Nos jogos nem sempre podemos ganhar e assim é na vida também. Algumas regras das situações lúdicas já vêm prontas, e em outras as crianças têm a possibilidade de planejar, juntamente com os colegas, cobrando e respeitando as mesmas. Se elas tiverem um bom embasamento para a invenção das regras, estas na maioria das vezes,

expressarão limites que nós adultos já impusemos e estamos acostumados a respeitar (ZENI, 2012).

Azevedo (2005) completa afirmando que as histórias ou exemplos ilustrativos, inclusive desenhos, auxiliam muito na compreensão dos fatos.

Segundo Zeni (2012) cabem algumas ideias, que valem tanto para escola, quanto para a família, na construção dos limites. São elas:

1. Tratar o comportamento da criança sem irritação ou raiva – É necessário que a criança se acalme antes de ser corrigida. Isso precisa ser feito de modo afetivo, por meio de conversa e redirecionamento, ou seja, ação com amor.

2. Reconhecer os comportamentos inadequados e tratá-los distante de outras pessoas - Antes de humilhar, punir a criança, tem que fazê-la compreender que é preciso consertar o que quebrou, limpar o que sujou, pedir desculpas se ofendeu, fazer isto distante dos outros, sem constrangê-la é prova de respeito. Também tem que sempre diferenciar a criança do erro, frustrá-la, mas sem condená-la.

3. Associar o toque físico afetivo às palavras de correção - É preciso lembrar com mais frequência as coisas boas que a criança deve fazer, as formas corretas dela agir, e não o contrário, dizendo e destacando sempre o que ela não deve fazer.

4. Evitar manipular ou deixa-se manipular por chantagens emocionais - O ideal é que o adulto mantenha-se imparcial quanto às birras e choros. Quando a sua palavra for dada, a criança tem que obedecer. Os adultos devem manter firmes as decisões, pois se nós tentarmos de alguma forma suprir o que a criança deseja, por sentimento de culpa, ela irá perceber que de uma forma ou de outra ele terá o que quer.

5. Evitar o jogo do empurra-empurra. Cada um que assuma sua responsabilidade- Não adianta a família culpar a escola e a escola culpar a família. A melhor solução é que aja parceria de ambas, no trabalho conjunto e contínuo.

6. Ser coerente na rotina, ou seja, perseverante e consistente. As rotinas e hábitos são maneiras de oferecer a cada criança um ambiente estável e tranquilo para que ela possa ser educada formando uma personalidade confiante e consciente. Para isto, o educador precisa ser perseverante e consistente, pois educar é uma tarefa árdua

e contínua. Dar sempre o exemplo pode ser o primeiro caminho para essa construção, pois a criança tem a tendência de aprender também por imitação.

Vários autores que concordam com as ideias de Zeni (2012) como, por exemplo, no que diz respeito ao tratarmos do comportamento da criança sem deixar que a irritação ou raiva do adulto influencie no trato com ela. Na visão de Vergés e Sana (2012):

A construção de limites na criança é algo que requer amor, diálogo, informação, paciência e compreensão. Esses são ingredientes importantes na educação, e também na construção de limites. (VERGÉS; SANA, 2012, p. 61).

Portanto, é necessário que o adulto exerça auto controle para tratar dos limites com a criança.

A autora Zeni (2012) sugere que, ao reconhecer os comportamentos inadequados é mais indicado tratá-los distante de outras pessoas. Quanto a isso Rogge (2006) vai de encontro com essa ideia e afirma que ao respeitar as crianças poderemos também esperar delas o respeito que lhes é dado. E mais: colocar limites às crianças implica em respeitar o corpo e a sexualidade delas, sua psique e sua alma. Ou seja, ao resguardá-las de situações que as expõe é uma atitude de respeito e proteção.

Sobre associar o toque físico e ações afetivas com as palavras de correção, Rogge (2006) comenta:

Enquanto os castigos humilham e desencorajam, os resultados naturais constroem. Os resultados naturais devolvem à criança a responsabilidade para o fazer e o deixar de fazer e permitem que ela perceba as consequências de suas ações inadequadas; ao mesmo tempo, mostram caminhos e atalhos. (ROGGE, 2006, p.174)

Ou seja, ao estabelecer limites é necessário escolher palavras e expressões inteligentes, que atinjam o coração da criança.

Quanto à observação de evitar manipular ou deixa-se manipular por chantagens emocionais, Silva (2009) pronuncia que os responsáveis precisam adotar posturas diante da birra, não cedendo em momento nenhum ao que a criança está tentando

impor. Se os responsáveis cometerem este erro, a criança permanecerá com as birras, tendo a seu favor a quebra desses limites. Para ajudar nestas circunstâncias existem métodos que facilitam nos momentos de educar sendo eles: coerência, constância e consequência.

Sobre evitar o jogo do “empurra-empurra” e fazer com que cada um assuma sua responsabilidade, Vergés e Sana (2012) comentam que a escola e os profissionais podem auxiliar a família nessa construção de limites trocando experiências sobre estratégias de condutas e rotinas para que as crianças possam compreender que cada pessoa, tanto no contexto familiar quanto escolar, têm suas responsabilidades e tarefas que, se não cumpridas, podem acarretar problemas de forma coletiva ou individual.

Assim, o papel do professor na construção dos limites vai muito além de uma mecanização de seus atos, sua figura deve exercer exemplo para seus alunos, pois a maior parte dos comportamentos infantis é aprendida por meio da imitação e reprodução dos gestos e atitudes dos seus instrutores (OLIVEIRA; RIBEIRO, 2012).

A partir da exposição sobre a construção de limites podemos perceber que tal tarefa engloba a coragem e a tentativa de erros e acertos. Dessa forma, o caminho conjunto desta construção impulsiona passos de crescimento e desenvolvimento intra e interpessoal (ROGGE, 2006).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base no estudo realizado foi possível analisar como tratar limites com as crianças de 0 a 5 anos. Os limites ajudam a compreender que algumas atitudes prejudicam as outras pessoas e isso ensina às crianças a convivência em grupo.

Os limites na criança pequena são necessários para que ela possa perceber que as coisas não são simplesmente como ela acha que devem ser, e para que, na vida adulta possam mediar suas ações já que desenvolveram em direção à autonomia, independência, autoestima e integração social.

A instrução junto à criança surge no momento do seu nascimento, e segue as suas interações, inicialmente na família com os pais e depois com o outro. Tais interações devem ser permeadas de amor, trocas de experiências e aprendizagens.

Crianças carecem de pessoas que se expressem claramente e que sejam firmes; quando elas sentem segurança e não sofrem com desequilíbrios dos adultos que a cercam, conseqüentemente estão sendo orientadas.

O processo de construção do limite deve ser trabalhado todos os dias e devem ser cumpridos por todos os envolvidos, pois os limites não são individuais, mas coletivos e devem ser seguidos por todos. Os responsáveis devem ser claros e até exigentes nas regras e condutas a serem seguidas; é importante que haja uma comunicação real e contínua entre os responsáveis pelas crianças para o alcance de soluções.

Estabelecer limites engloba a coragem de tentar e aprender com os erros e acertos em direção ao passo da autonomia e do crescimento intra e interpessoal.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, de Karina. A Construção de Limites na Educação Infantil. Monografia (Graduação em Pedagogia) Faculdade de Ciências Humanas, Letras e Artes, da Universidade Tuiuti do Paraná. Curitiba, 2005. Disponível em: <<http://tcconline.utp.br/wp-content/uploads//2014/03/A-CONSTRUCAO-DE LIMITES-NA-EDUCACAO-INFANTIL.pdf>>. Acesso em: 02 set. 2016.

BOECK, Danielle Lizzie Marques Von. **Limites na Educação Infantil**. Monografia (Graduação em Pedagogia) Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2007. Disponível em: <http://orientacaotcc.taniasl.pbworks.com/f/Dani_tcc_em_04_de_julho.doc>. Acesso em 22 set. 2016.

MORAIS, de Alessandra; SASSO, Bruna Assem. O Egocentrismo Infantil na Perspectiva de Piaget e Representações de Professoras. Schème: **Revista Eletrônica de Psicologia e Epistemologia Genéticas**. São Paulo, v. 5 n. 2, Ago-Dez/2013. Disponível em: <<http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/scheme/article/view/3571/2760>> Acesso em: 06 mar. 2017. ISSN: 1984-1655

OLIVEIRA, Sybele Barros de; RIBEIRO, Fátima Lúcia Soares. A Construção dos Limites na Educação Infantil: compassos e descompassos entre o dizer e o fazer. **Revista Lugares de Educação**. Paraíba, v. 2, n. 2, p. 93-117, Jul.-Dez. 2012. Disponível em <http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/rle> ou http://seer.ibict.br/index.php?option=com_mtree&Itemid=109. Acesso em: 01 mar. 2017. ISSN 2237-1451

ROGGE, Jan-Uwe. **Crianças precisam de limites**. Trad.Claudia Abeling. São Paulo: Editora Gente, 2006.

SILVA, Lidiane Nunes da. **Limites na Educação Infantil**. Monografia (Graduação em Pedagogia) Faculdade de Pindamonhangaba de São Paulo. São Paulo, 2009. Disponível em: <<http://177.107.89.34:8080/jspui/bitstream/123456789/129/1/LidianeSILVA.pdf>>. Acesso em: 20 set. 2016.

TEIXEIRA, Marina da Silva. **Limite na Infância. Monografia** (Especialização em Psicopedagogia) Universidade Cândido Mendes. Rio de Janeiro, 2001. Disponível em : <<http://www.avm.edu.br/monopdf/6/MARIANA%20DA%20SILVA%20TEIXEIRA.pdf>>. Acesso em: 04 fev. 2017.

VERGÉS, Maritza Rolim de Moura; SANA, Marli Aparecida. **Limites e indisciplina na Educação Infantil**. 3. ed. Campinas: SP Editora Alínea, 2012.

ZENI, Talita Marchioro. **A construção de limites através dos vínculos afetivos**. Monografia (Graduação em Pedagogia) Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – UNIJUI - Campus IJUI. Rio Grande do Sul, 2012. Disponível em:<<http://bibliodigital.unijui.edu.br:8080/xmlui/bitstream/handle/123456789/1626/TCC.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 17 mar. 2017.